

IMPASSES TEÓRICOS E POLÍTICOS NA LUTA PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO NO BRASIL

Daniel Herz

Roteiro da exposição apresentada no Grupo de Trabalho Políticas de Comunicação e Informação, reunido no I COMPÓS - Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, realizado de 18 a 21 de novembro de 1992, na Escola de Comunicação da UFRJ.

Texto estruturado para exposição oral. *Sem revisão final* e sem a integração das notas de rodapé e referências bibliográficas. Caso desejar a versão final deste texto, fazer contato com o autor pelo fone 051-343.0484 (voz e fax).

I. INTRODUÇÃO

Em julho de 1991, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação¹ viveu um episódio que redefiniu seus rumos, ao participar de uma audiência pública realizada pela então Secretaria Nacional de Comunicações (SNC) para debater uma proposta de regulamentação para o serviço de TV a Cabo ou Cabodifusão. O regulamento proposto pela SNC, naquela oportunidade, fazia parte de uma indefensável manobra para legitimar a apropriação do mercado por um conjunto de empresários que havia recebido autorização para implantar um serviço denominado DISTV. Na verdade, o DISTV consistia num serviço de TV a Cabo dissimulado, criado apenas para gerar uma situação "de fato" e precipitar a instalação de redes. Essa é uma longa e complexa história², mas vamos sintetizar referindo que, nessa audiência pública, o Fórum assumiu uma posição contundente e denunciou o escândalo. Era mais uma tentativa do governo federal em 16 anos fez diversas tentativas para implantar no Brasil a TV a Cabo, sem debate público, sempre enfrentando resistência de determinados setores sociais e sendo obrigado a recuar.

Num primeiro momento, houve uma reação irada de parte dos quase 40 empresários de DISTV presentes à audiência pública, em resposta às denúncias e críticas dos cerca de 20 representantes do Fórum. Num segundo momento, estabeleceu-se um início de diálogo. O Fórum começou a deixar claro o entendimento de que a TV a Cabo deveria ser implantada pelo setor privado e sua regulamentação teria de assegurar a viabilidade dos empreendimentos e condições apropriadas de remuneração do capital investido. O Fórum também enfatizava a compreensão de que não se tratava "apenas de um negócio", mas de um serviço de grande interesse público. Concluía-se que devia ser buscada por consenso uma regulamentação capaz de equacionar a dimensão de "negócio" da TV a Cabo, com um papel cultural, político e econômico a ser definido pela sociedade.

Em determinado momento do debate, começando a sentir a gravidade do impasse, alguns empresários e mesmo autoridades da SNC - uns até já reconhecendo a possibilidade

do Fórum conseguir bloquear a aprovação de um regulamento naquelas condições insustentáveis - lançaram uma interpelação: "se não é este, qual é projeto de vocês?". A elegância e a compostura com que os representantes do Fórum tentaram manter ao insistir que, naquele momento, reivindicavam apenas um amplo debate público, não escondeu o impacto daquela pergunta que ficou sem resposta.

Embora não tenha havido acordo, os resultados da reunião foram considerados satisfatórios, mas aquela pergunta ficou martelando a consciência dos representantes do Fórum, pois ela atravessava, como uma espada afiada, todo o projeto de luta pela democratização da comunicação que estava em curso. Enquanto as nossas denúncias desnudavam as ilegítimas pretensões da SNC e do empresário, aquela indagação desnudava nossos limites. Durante mais de uma década, lutamos e nos preparamos para fazer oposição aos autoritários e excludentes sistemas de comunicação de massa existentes no país. Porém, não nos preparamos para fazer política e assumir o encargo de produzir projetos e constituir alternativas³.

A audiência pública na SNC, em julho de 1991, por isso, foi um divisor de águas na atuação do Fórum. Ficou patente o despreparo do Fórum para protagonizar um processo de direção e disputa de hegemonia. Quem tem a pretensão de dirigir a sociedade, no que diz respeito ao interesse público sobre a comunicação, deveria ter outra atitude. Assumindo esse desafio, o Fórum se propôs a tarefa de reciclar o enfoque da luta pela democratização da comunicação no país. O resultado desse esforço é o objeto da nossa intervenção neste evento.

O PROBLEMA DA PRODUÇÃO TEÓRICA

Diante dos responsáveis pelo ensino de pós-graduação em comunicação no país, temos uma boa oportunidade para debater teórica e política os impasses e as alternativas surgidas na luta pela democratização dessa área crítica para a construção da cidadania e da nacionalidade.

Antes de abordar especificamente o problema dos impas-

ses teóricos e políticos referidos no temário, queremos situar um problema. O debate e a produção teórica sobre comunicação no Brasil, quase toda circunscrita às Universidades, não está informando a militância na luta pela democratização da comunicação no país. Em certa medida, essa produção está desvinculada das demandas concretas e objetos de investigação capazes de subsidiar o diagnóstico da situação atual dos sistemas de comunicação no Brasil, sua comparação com o verificado em outros países e o enunciado de alternativas. É preciso reconhecer a dimensão do divórcio entre a produção acadêmica e as demandas da sociedade.

Não se pode dizer que não há produção. Ela existe. Até porque temos, no Brasil, gigantescos sistemas de comunicação, a quarta rede privada de televisão e a quinta maior revista do mundo e somos o décimo-primeiro mercado publicitário do planeta⁴. Trata-se de um objeto que tem atraído o interesse de pesquisadores de renome mundial, interessados no perfil de sistemas de comunicação onde se verifica uma singular presença do setor privado e também preocupados com a exportação dos nossos produtos para o mercado mundial.

Um exemplo dessa fértil produção é o livro "Rede Imaginária - Televisão e Democracia"⁵, resultante de diversas contribuições recolhidas num seminário com o mesmo tema, realizado em 1990, pela Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo. O livro, a despeito de incluir apenas sínteses de exposições ocorridas neste Seminário, constitui um eloquente painel da situação da televisão no Brasil, incorporando multidisciplinarmente diversas dimensões de análise. Mas a absoluta maioria dos trabalhos incluídos nesse livro limita-se a descrever objeto, a compreendê-lo academicamente, porém sem estabelecer um enlace com perspectivas e alternativas políticas, isto é, um esforço para dar consequência social à produção teórica.

Concluindo, podemos afirmar que não há um debate teórico consolidado informando a luta pela democratização da comunicação. E isso é uma necessidade. Não queremos aqui defender a redução da teoria a um instrumento da política. Tampouco deixar de reconhecer a autonomia relativa da teoria em relação à prática e, em particular, às demandas pontuais da política. Ressaltamos, isto sim, a necessidade de uma preocupação, com sentido mais amplo, do papel humanizador que pode ser atribuído à produção teórica, diante de demandas concretas. Defendemos, desse modo, uma atitude de militância teórica na área acadêmica, através de um esforço para produzir o adequado questionamento e formulação de alternativas aos problemas da comunicação de massa no Brasil. Temos a expectativa de que a área acadêmica se sinta desafiada pelas imensas demandas sociais em torno da comunicação. Esperamos que a área acadêmica perceba a importância da produção do *insight* necessitado pela militância política.

Nossa intervenção, num *primeiro momento*, procurará sus-

tentar que os impasses teóricos, na luta pela democratização da comunicação, estão menos estabelecidos no plano das abordagens teóricas da comunicação e áreas afins e mais localizados no embate entre as concepções e filosofias que erigiram as Razões dominantes e suas correspondentes Razões de Estado, em nosso século. E nos limites das premissas dessas Razões, fundadas no *Liberalismo* e no *Marxismo*, que encontramos os principais limites teóricos da luta pela democratização da comunicação.

Num *segundo momento*, indicaremos topicamente alguns dos limites políticos até agora identificados e as alternativas que estão sendo buscadas para se dar um novo rumo à luta pela democratização da comunicação.

II. LIMITES TEÓRICOS

Liberalismo e Marxismo, fazendo uma síntese essencial, constituem os dois grandes movimentos de idéias que vão protagonizar os principais embates humanos desde meados do século passado. Ambos constituem largos estuários que acolheram inúmeras e até mesmo contraditórias filosofias, correntes de pensamento, ideologias e concepções. O primeiro, nitidamente fundamentador e justificador das relações capitalistas que se radicalizam no século XIX e inclui, nas suas vertentes menos conservadoras, correntes que postulam reformas para superação dos problemas do capitalismo⁶. O segundo, surge como o filho mais radical da Razão. Não se contentou em conhecer o mundo - como convocavam os "filósofos das luzes" - e levou até às últimas consequências a concepção de que se o mundo pode ser conhecido, pode também ser transformado e imbuído de uma racionalidade humana que perpassasse todas as relações.

É no Iluminismo que ambos, de forma expressa ou não, vão buscar seus fundamentos. Confiança na capacidade humana, crença na história como um "progressivo e indefinível melhoramento institucional, econômico, social e moral"⁷, oposição ao sobrenatural e certeza na cognoscibilidade do mundo são traços do Iluminismo. Acima de tudo, "a ciência, interpretada em sentido prático e utilitarista, é o núcleo ao redor do qual gravita o pensamento. É a ciência que dá ao século XVIII a segurança e a confiança na Razão"⁸ que é tida como a "essência do homem"⁹.

Liberalismo e Marxismo se confundem com o moderno e, além do Iluminismo, são ambos tributários do ideal republicano ao qual impõe sentidos e conteúdos diferenciados. O moderno e o republicano surgem como respostas ao descompasso entre as representações próprias do mundo medieval e as relações capitalistas nascentes e as exigências da burguesia em ascensão. Essa resposta se traduz em distintos processos como a independência e a fundação da república nos Estados Unidos, a Revolução Francesa, a Revolução Inglesa e, mais tarde, a Revolução Soviética. E permeando esses processos que o *Liberalismo* e o *Marxismo* mostram os matizes e contradições dessas res-

postas. Ambos se propuseram a ser transcendentais, universais e progressistas. E, cada um a seu modo, conseguiu sê-lo.

Ambos, *Liberalismo e Marxismo*, "provaram que é possível, através da ação organizada e concertada, realmente mudar o mundo" ¹². Mas o preço foi e tem sido elevado demais. Ao encarnar Razões de Estado, as experiências capitalistas e socialistas se aproximaram, negaram seus pressupostos, mostraram-se utilitárias e igualmente perversas. Ambas negaram que a origem de tais deformações esteja contida em suas premissas, nos pressupostos de Razões que, embora trilhando distintos caminhos, mostraram não conseguir entender suficientemente o homem. Embora se distingam em relação aos projetos e aos compromissos com a humanização, as duas ordens de pensamentos dialogaram constantemente na objetividade das suas concreções.

A *Paz do Terror*, desde o final da II Guerra Mundial, alicerçada na corrida nuclear e no equilíbrio bipolar entre as duas grandes potências, EUA e URSS, colocou a humanidade diante de uma situação absolutamente nova. As duas Razões perceberam, desde então, que uma não poderia vencer sem conseguir a eliminação da outra. E vencer, através de uma guerra termonuclear, implicaria num preço insuportável, por mais universais que tentassem ser seus propósitos. Fazendo uma síntese particular e até certo ponto emocional desse processo inédito vivido pela humanidade, podemos dizer que o medo, então, torna-se infinitamente maior do que o desejo. As duas Razões tiveram a demonstração material de que não eram - e nem podiam ser - detentoras da universalidade que se atribuíam e não tinham - e nem podiam ter - a grandeza necessária para se legitimar "a qualquer preço".

Como se sabe o confronto levou à exaustão a Razão de Estado amparada no *Marxismo*. Rapidamente, instalou-se um clima de ufanismo em torno da Razão vitoriosa. Saudou-se a queda do muro de Berlim e o desmantelamento do bloco socialista como uma marcha inexorável da racionalização da humanidade. Na guerra do Iraque, em 1990, cristalizou-se oportunamente em Saddam Hyssein a imagem do novo bárbaro, símbolo do déspota oriental que deveria ser varrido da face da terra pela Razão - aparentemente re-significada - que culminava sua vitória.

A Razão *Liberal*, entretanto, mesmo vitoriosa, com a sua sucumbência à lógica da mercadoria, mostrou-se tão fantasiosa e utópica quanto o projeto do socialismo real. Há um componente trágico nessa vitória. Os aspectos emancipatórios contidos no *Liberalismo*, as finalidades humanas a que se propunha, enfim, aquilo que este campo de idéias tinha além de legitimador do mercado, concretamente nunca se libertou do jugo da lógica da mercadoria. Nesse sentido, muitos dos elementos da crítica que lhe foi dirigida pelo *Marxismo* continuam atuais. Definitivamente, a mercadoria não reconhece finalidades humanas e nem generosidade nos propósitos. Não são as idéias

que estão vencendo, são as coisas, é a lógica da mercadoria, com sua espontaneidade em que meios produzem meios e integram variáveis que resultam em novos meios, mantendo um compromisso exclusivo com sua própria reprodução.

Logo percebeu-se que o mundo - ou melhor, a humanidade - mudou muito pouco. A guerra da Iugoslávia reintroduziu na Europa os campos de concentração e os processos de "purificação étnica"; nos Estados Unidos, a explosão racial de Los Angeles, em 92, salientou o quadro trágico da recessão e do aumento da miséria absoluta; em diversos países da Europa, a perseguição aos imigrantes atinge níveis alarmantes, enquanto o nazismo ressurge abertamente na Alemanha e o fascismo na Itália; na África, a guerra civil voltou a sufocar Angola, impulsionada pelos terroristas da Unita que são sustentados pelos Estados Unidos e África do Sul; na América Latina, o governo constitucionalmente eleito do Peru transformou-se em ditadura e, em outros países, surgem tentativas de golpe militar.

As duas Razões foram derrotadas. O *Marxismo* gerou uma Razão que não se mostrou voltada para a humanização, apesar de tomar a construção de um novo homem como meta. O *Liberalismo*, por sua vez, não resultou numa Razão voltada para o mercado. Lógicas oligopolistas e monopolistas, protecionismos, meios de intervenção do Estado na economia - inclusive sofisticados mecanismos do sistema financeiro internacional capazes de impedir que um país com um déficit monstruoso, como por exemplo os três trilhões de dólares dos EUA, não sofram processos inflacionários agudos - tudo isso mostrou o caráter discursivo, idealizado e utópico da apologia da regulação espontânea e benéfica das relações, exclusivamente através do mercado. O *Liberalismo*, na verdade, só consegue aproximar-se da prática do seu ideário quando os mercados estão estabilizados. Em qualquer dificuldade, os Estados liberais recorrem, pragmática e utilitariamente, a qualquer tipo de instrumento, indo de práticas repressivas no plano político, até o estabelecimento de formas simbióticas entre o Estado e o setor privado.

Marx já dizia que não se pode julgar uma sociedade pelo que ela pensa de si própria, mas por seus atos. Amparado nesse critério podemos concluir que nenhuma das Razões de Estado predominantes cumpriu seus objetivos. A URSS não conseguiu o mesmo padrão de vida e de produção do Ocidente, sacrificou a liberdade política e a democracia, gerou novas formas de alienação e apoiou massacres e regimes corruptos. Os EUA não deram a prometida liberdade para o mercado, sofrem constrangimento sistemático do seu Complexo Industrial Militar, e sustentaram caudilhos, financiaram terroristas, apoiaram ditadores e tiranos sangüinários e, para realizar sua estratégia de potência, acabaram realizando tudo aquilo que propunham combater.

O fim da *Paz do Terror* abriu as portas de uma nova épo-

ca, com o término da confrontação entre apenas dois blocos, com seus mercados cativos, planejamento e projetos políticos fechados. Foi-se o lastro legitimador das Razões, dissiparam-se os elementos que prendem o real às representações que não mais lhe coincidem.

O que se constata hoje é um mundo em que as representações do real - instituições, valores, concepções - tal como aconteceu no advento da modernidade, estão em franca contradição com as forças que estão emergentes. O Estado Nação está em crise, incapaz de responder as demandas da sociedade e passando a constituir-se num parceiro incômodo para as corporações que atuam em escala planetária. Além disso, disseminou-se pelo mundo o processo autoritário de assimilação da sociedade pelo Estado. A universalidade opaca patrocinada pelo Estado moderno é o pano de fundo para a exacerbação dos particularismos no interior das nações e o virtual sepultamento da idéia de público produzida pela tradição republicana.

Sem uma crítica radical das razões autoritárias e das representações da modernidade que estas construíram, teremos dificuldade para perceber a atual tendência da Contemporaneidade que parece ser a de rumarmos para um mundo das corporações em que os conglomerados privados constituam instâncias supra-estatais - talvez a base de poder real para um futuro Estado Mundial - e passem a submeter de forma cada vez mais direta as sociedades a seus desígnios. Esse mundo já está sendo descrito com a antecipação genial e dramática que a arte consegue produzir, nos filmes de Ridley Scott (*Alien, O Oitavo Passageiro*, 1979 e *Blade Runner, O Caçador de Andróides* - 1982), James Cameron (*Exterminador do Futuro* - 1984) e Paul Verhoeven (*Robocop, O Policial do Futuro* - 1987), nos quais as grandes corporações assumem diretamente a prestação de serviços públicos, o financiamento e a direção de exércitos e operações militares e, inclusive, comandam funções de segurança interna. Sem dúvida, trata-se de tendências adversas à idéia de público e a possibilidades de humanização.

Nossa crítica ao moderno não pode se limitar a uma ruptura de tipo cartesiano, como é próprio das construções arbitradas unilateralmente pela consciência. Trata-se de retomar o moderno na perspectiva da sua superação, isto é, procurando radicalizar e aprofundar o sentido humanizador que o moderno efetivamente tem, quer do ponto de vista político, na tradição republicana, quer do ponto de vista da construção da categoria da universalidade. Ao mesmo tempo, necessitamos rechaçar os absolutos do moderno, seja o conjunto de dogmas contido na Razão, seja a Razão instrumental contida no Estado, seja a lógica da mercadoria, autônoma em relação à vontade humana.

É preciso rejeitar o caminho fácil da negação da possibilidade de construção de uma racionalidade global sobre o mundo, ou da recusa quanto a pensarmos o mundo nos seus nexos mais globais. É necessária uma percepção amadurecida sobre as experiências da *Paz do Terror* e as

produzidas pelo moderno como um todo e pelo socialismo real em particular, porque nesta última se buscou, a despeito de tudo, como em nenhuma outra experiência humana, a autonomia da consciência em relação à mercadoria. Há necessidade de uma reflexão radical sobre as próprias possibilidades de intervenção do homem no mundo.

Não há avanço nas concepções tidas como pós-modernas que refletem a fragmentação da consciência através do conhecimento especializado que se torna estanque e renuncia à categoria da totalidade. O pós-modernismo aceita balisar a relação do homem com o mundo a partir do problema do conhecimento. E afirmando a incognoscibilidade do mundo, desfaz as relações entre o conhecimento e as possibilidades de transformação desse mundo. O desencanto com a Razão e a ruptura com o moderno, por essa via, transforma-se na negação da consciência.

Tudo indica que chegamos ao final da Era moderna e a Contemporaneidade surge com os dilemas postos por Razões esgotadas e incapazes de responder com atualidade e sentido humanizador, às questões da própria legitimidade da Razão, do Público, da Nação, do Estado e da Cultura.

O tema é complexo e aqui, para os efeitos da nossa exposição, está apresentado em rápidas pinceladas, procurando constituir um pano de fundo para o nosso debate político. É neste quadro de crise das Razões finalistas e autoritárias que estabelecemos os grandes limites teóricos para a luta pela democratização da comunicação no Brasil. É o que esperamos deixar um pouco mais claro ao examinar, a seguir, o problema dos limites políticos.

III. LIMITES POLÍTICOS

Para realizar o sentido de síntese que o nosso trabalho se propõe, optamos por um método de exposição bastante esquemático das contradições que estão se verificando no confronto entre os atuais limites políticos e a busca de alternativas. Optamos pela elaboração de um quadro opondo linearmente as abordagens diversas, procurando sintetizar o esforço de superação dos limites impostos das Razões finalistas e autoritárias.

Procuramos assinalar, assim, diversas abordagens limitadas, equivocadas e traços de impotência que impregnam as concepções de luta pela democratização da comunicação e são nitidamente informadas pelas Razões em crise.

As limitações aqui ressaltadas surgem nas premissas das posições políticas e, principalmente, na conduta política face as questões da democratização da comunicação.

Para acentuar o questionamento do que denominamos *Abordagem Tradicional*, optamos por caracterizá-las em comparação com assertivas que, afirmativamente, recomponham seu conteúdo. Trata-se de um método que reivindicamos para a política, que é o de superar as meras contraposições, as desconstruções negativas, e assumir o encargo

de produzir alguma positividade.

Cabe ressaltar que o caráter afirmativo do que definimos como "Abordagem Estratégica" não constitui, neste momento, compromisso programático consolidado, e sim uma conduta de debate, de disposição para o diálogo e para a crítica. Até porque não acreditamos em rupturas cartesianas e reconhecemos que, até algum tempo, partilhávamos da maioria das teses da "Abordagem Tradicional". Essa atitude de debate está, portanto, marcada por uma postura evidentemente autocrítica e de sinalização de um esforço para o rompimento em conteúdo, substantivo e não apenas adjetivo, com as posições informadas pelo dogma e pelo absoluto.

ABORDAGEM TRADICIONAL

OPOSICIONISMO

É fundamentalmente oposicionista. Resume-se a denunciar o quadro de exclusão e manipulação existente na comunicação de massa. Remete seus projetos para o momento da conquista do Estado.

CORPORATIVISMO

Mesmo sem admitir, tende a tratar corporativamente os objetivos da luta pela democratização da comunicação, seja inserindo objetivos específicos de determinadas categorias, seja condicionando os objetivos mais amplos por enfoques particulares, especialmente das categorias da área da comunicação.

CONSENSO RESTRITO ("ENTRE IGUAIS")

Assume, usualmente, a abordagem gramsciana que pode ser compreendida como um "consenso entre iguais", isto é, entre setores que compartilham o mesmo projeto estratégico. Restringe a abrangência do consenso aos setores de esquerda ou democrático-radical.

ABORDAGEM ESTRATÉGICA

AFIRMAÇÃO DA CAPACIDADE DIRIGENTE

Preocupa-se com a afirmação da capacidade dirigente sobre a sociedade e sobre os processos sociais. Assume o encargo de transformar o diagnóstico oposicionista em projetos que consideram a correlação de forças e o exercício do poder real. Reivindica para o presente as transformações pretendidas.

INTERESSE PÚBLICO

Procura atuar a partir de objetivos que são efetivamente de interesse público e não sujeitos a particularismos cristalizados. Assim, não nega a legitimidade das demandas particulares, mas coloca-as num plano secundário em relação aos objetivos que traduzem uma abordagem estratégica de afirmação do público.

AMPLO CONSENSO ("ENTRE DIFERENTES")

Entende que a dimensão das tarefas exigidas pela democratização da comunicação só pode se viabilizar a partir de um amplo consenso na sociedade, entendido, inclusive, como "consenso entre diferentes", isto é, o consenso ou "resíduo de consenso" que se pode estabelecer mesmo entre vontades antagônicas. Reconhece, na sociedade, uma ampla gama de interesses contrariados com a atual organização dos sistemas de comunicação de massa e admite a composição de amplas frentes, sem discriminações e que podem ser conjunturais, instáveis e estabelecidas em torno de questões tópicas.

ABORDAGEM TRADICIONAL

SEM HIERARQUIZAÇÃO DE OBJETIVOS

Relaciona um amplo conjunto de medidas de caráter democratizante e não costuma estabelecer hierarquia entre os objetivos de luta. A amplitude do conjunto de medidas é utilizada, inclusive, como instrumento para favorecer a composição do bloco de apoio à democratização da comunicação. Acaba adotando, do ponto de vista estratégico, uma luta genérica contra a "dominação burguesa".

PRINCIPISTA E DOGMÁTICA

Não se preocupa em afirmar, unilateralmente, uma vontade. Nesse sentido, é "principista" e dogmática.

SEM CENTRALIDADE

Os destaques no programa são feitos pragmaticamente conforme a oportunidade, o momento e o segmento social envolvido.

NÃO SE PREOCUPA COM A DELIMITAÇÃO DO CONFLITO

A luta pela democratização da comunicação é encarada, principalmente, como uma "trincheira" na luta antiburguesa e um momento da luta de classes. Há uma identificação genérica dos oponentes.

REVOLUÇÃO

Opera essencialmente com a perspectiva de realização da revolução, isto é, de radical mudança no conjunto das relações sociais, viabilizando assim condições para as transformações concernentes aos meios de comunicação e massa, especialmente no que diz respeito à propriedade e o controle direto dos meios. Para isso, entende como condição prévia e necessária a "conquista do Estado". Toma a revolução como um "absoluto".

ABORDAGEM ESTRATÉGICA

HIERARQUIZAÇÃO DE OBJETIVOS

Estabelece uma hierarquia entre os objetivos de luta procurando distinguir, através do diagnóstico da situação atual, o que é essencial e o que é secundário. Estrutura sua estratégia a partir dessa hierarquia. Persegue com tenacidade o essencial.

REALISTA E NÃO DOGMÁTICA

Preocupa-se em não afirmar unilateralmente uma vontade. Examina a correlação de forças e dialoga com estas sobre o perfil das medidas propostas. Nesse sentido, é "realista" e não dogmática, sem todavia abandonar a afirmação de seu conteúdo estratégico.

CENTRALIDADE DA TELEVISÃO

Afirma a centralidade da televisão como objetivo principal na luta pela democratização da comunicação no Brasil, por sua destacada importância cultural, política e econômica.

DELIMITAÇÃO DO CONFLITO E SELEÇÃO DE OBJETIVOS CONJUNTURAIS DE LUTA

Procura delimitar os conflitos selecionando os objetivos de luta e isolando-os em busca de uma precisa identificação da correlação de forças em torno de cada um destes objetivos, para poder pautar a melhor possibilidade de ação política. Por exemplo: distingue que a correlação de forças para o debate do "direito de resposta" é diferente da existente para o debate de uma "política de redes de televisão". Outro exemplo: reconhece que os empresários proprietários de emissoras de rádio têm interesses distintos dos demais empresários que, além de rádio, têm jornais e emissoras de televisão.

TRANSFORMAÇÃO REVOLUCIONÁRIA

Acredita que, independente da "conquista do Estado", é possível a implementação de mudanças radicais e profundas, de caráter verdadeiramente revolucionário, isto é, mudanças capazes de alterar a qualidade e o sentido das relações políticas e de poder em torno dos meios de comunicação de massa. Nesse sentido, valoriza a consciência e a política, admitindo que podem ser inseridos no ciclo da práxis, artificialmente, elementos novos, que não estão contidos nem potencialmente.

ABORDAGEM TRADICIONAL

PERFIL LEGALISTA

Não acredita em transformações revolucionárias ou profundas sem a "conquista do Estado". Por isso, institucionaliza o conflito através de projetos que têm mais a função de tensionar os oponentes (os setores dominantes) do que se viabilizar como legalidade ou resposta concreta a um dado contexto. Na defesa desses projetos, desse modo, acaba assumindo uma posição "legalista".

ARGUMENTAÇÃO TRADICIONAL EM RELAÇÃO A RADIODIFUSÃO

No que se refere ao rádio e à televisão, encara-os como sendo objeto de interesse público em função do princípio universal de que as frequências e canais do espectro eletromagnético são um bem natural de domínio público, o que justifica a ação regulatória e disciplinadora do Estado na sua ocupação.

PROPRIEDADE É PONTO CRÍTICO

Entende que, sem a redefinição da propriedade dos meios de comunicação de massa, não se estabelece a democratização da comunicação.

CONTROLE DIRETO

Entende que só se garante a democratização através do controle direto - propriedade, posse, usufruto - dos meios de comunicação de massa pelo Estado ou pela sociedade.

ABORDAGEM ESTRATÉGICA

PERFIL POLÍTICO

Traduz as perspectivas de democratização da comunicação em respostas concretas e em projetos de legislação, mas secundariza as formalidades das leis. Acredita que transformações revolucionárias podem ser alcançadas, mesmo sem a "conquista do Estado", mas entende que essas transformações nunca são garantidas pelas leis, mas pela mobilização da sociedade e pelo efetivo consenso que possa estabelecer na sociedade em torno do objeto de disputa.

ARGUMENTAÇÃO ESTRATÉGICA EM RELAÇÃO A RADIODIFUSÃO

No que se refere ao rádio e a televisão, entende que o caráter de bem natural de domínio público que se atribui às frequências e canais do espectro eletromagnético é um argumento importante, porém secundário. O aspecto essencial é a constatação da extraordinária capacidade de determinação da cultura dos meios eletrônicos de comunicação de massa contemporâneos. Eles são objeto de interesse público porque uma sociedade que não se aproprie destes meios e não os submeta a formas de controle público, perde o controle da sua própria cultura.

CONTEÚDO É PONTO CRÍTICO

Entende que o ponto crítico na luta pela democratização da comunicação de massa é a determinação do conteúdo dos meios. Admite que, uma vez que o conteúdo seja controlado publicamente, a operação dos meios pode ser privada-comercial.

CONTROLE PÚBLICO

Entende que - mais importante do que a propriedade, a posse ou o usufruto dos meios de comunicação de massa - o aspecto essencial para se garantir a democratização é o controle do conteúdo, o que pode se obter através de meios indiretos, isto é, um conjunto de mediações capazes de estabelecer um ascendência do público sobre o privado. O controle público, assim concebido, corresponde à existência de instituições, amplamente representativas dos setores organizados da sociedade civil, e com uma ação fundamentalmente política, voltada para o equacionamento dos conflitos e busca de consenso. Difere, desse modo, da regulação burocrática e normativa exercida pelo Estado ou qualquer outra forma censória ou restritiva. Como meio indireto, o controle público permite a valorização da consciência e da política.

ABORDAGEM TRADICIONAL

DESQUALIFICAÇÃO DO SETOR PRIVADO-COMERCIAL

Trata a operação privada-comercial como inerentemente manipulatória e desqualificadora de qualquer possibilidade de sistematização da democratização da comunicação. Apon-tava como alternativa, até algum tempo atrás, a estatiza-ção. Depois, optou por conceitos como os de "entidades sem fins lucrativos" e, mais recentemente, de "natureza públi-ca" (sob controle da sociedade).

ELIMINAÇÃO DO SETOR PRIVADO-COMERCIAL

O inimigo, a ser eliminado, é o setor privado-comercial.

REGIONALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO COMO PANACEIA

Apresenta a regionalização da produção em televisão como a mais concreta medida de democratização, em função da pulverização do controle e do poder que esta proporcionará. Mescla esse objetivo político com os interesses das categorias da comunicação na ampliação do mercado de trabalho. A regionalização é tratada como panacéia, como algo dotado de valor inerente e não há preocupação maior em projetar a viabilidade dos empreendimentos sujeitos à regionalização.

ABORDAGEM ESTRATÉGICA

QUALIFICAÇÃO DA ATUAÇÃO PRIVADA-COMERCIAL

Entende que a operação privada-comercial pode e deve ser sujeita a controle e que tem o valor de ter propiciado o desenvolvimento de uma linguagem sofisticada, tecnologia avançada, e também constituído um infra-estrutura que pode ser potencializada com novas relações. Admite que, além da tecnologia, o setor privado é o único que tem o volume de capital necessário para uma produção com qualidade, não havendo perspectivas viáveis e nem justificativa para a sua supressão, desde que admita se sujeitar a formas de controle público. Preconiza, em caráter suplementar em relação aos sistemas privado-comerciais, a criação de um sistema público, este sim sob controle direto da sociedade civil organizada.

ENFRENTAMENTO DA LÓGICA DA MERCADORIA

O inimigo, a ser enfrentado - mas provavelmente sem perspectiva de eliminação - é a "lógica da mercadoria", que deve ser refreada com medidas de controle público, sobretudo de caráter indireto. O objetivo é criar alternativas a uma atuação dos meios presidida exclusivamente pela lógica mercantil. Isto deve se dar através de instituições e formas de controle público, capazes de arbitrar finalidades de sentido humanizador para a atuação dos meios de comunicação de massa. Admitindo-se, entretanto, uma convivência e um diálogo do arbitramento de fins humanos com o caráter dinâmico da operação comercial.

REGIONALIZAÇÃO COMO ASPECTO DE POLÍTICA GLOBAL

Entende a regionalização como algo complexo e que só adquire sentido no contexto de uma ampla política de televisão. Acreditamos que esta medida não garante, por si só, nem democratização, nem uma ampliação significativa do mercado de trabalho, nem qualidade de produção que é um objetivo ressaltado como importante para o sucesso da regionalização, sob pena de rejeição pelos telespectadores. Acredita que os índices e as condições fixadas para a regionalização deve levar em conta a viabilidade dos empreendimentos. E, finalmente, entende que a regionalização só pode ser estabelecida adequadamente no contexto das definições de uma política para as redes nacionais de televisão.

ABORDAGEM TRADICIONAL

ELIMINAÇÃO DAS REDES NACIONAIS DE TV

Eliminação ou estabelecimento de restrições drásticas às redes nacionais de televisão, através da fixação de índices máximos de participação no mercado ou constrangimento de áreas geográficas.

ELIMINAÇÃO DA OLIGOPOLIZAÇÃO EM TV

A oligopolização é tida como um mal em si e algo que deve ser eliminada, especialmente através da fixação de índices máximos de participação no mercado.

LUTA FINALÍSTICA

A luta pela democratização da comunicação se orienta por finalidades definidas e, em certa medida, irremovíveis, como expressão de uma vontade política.

PROGRAMA

Referencia-se em objetivos programáticos rigidamente definidos.

ABORDAGEM ESTRATÉGICA

REVALORIZAÇÃO DAS REDES NACIONAIS DE TV

Parte da constatação de que as redes nacionais de TV são necessárias em função de objetivos de constituição da identidade e mesmo da soberania nacional. Nesse sentido, as redes devem ser revalorizadas, articulando-se melhor com a produção regional e internacional, e passando a cumprir um papel compatível com objetivos nacionais de caráter cultural e civilizatório.

OLIGOPOLIZAÇÃO EM TV COMO CONTINGENCIA

A oligopolização é tida como contingenciada à possibilidade e a necessidade de produção com qualidade e em caráter nacional para a televisão, face às dimensões do mercado brasileiro. Acredita que as melhores produções naturalmente terão maior audiência e que não há como restringir a ocupação do mercado por lei ou decreto. O que deve ser assegurado, isto sim, é o controle público sobre o conteúdo, considerando o conjunto da atuação das emissoras, e também com alguma forma de fiscalização do sentido social das operações, isto é, da existência de investimentos adequados à manutenção da qualidade e de condições que evitem uma atuação predatória.

LUTA COMO PROCESSO

A luta pela democratização da comunicação é encarada como um processo interminável, uma consequência do caráter extremamente dinâmico do desenvolvimento dos meios de produção, da tecnologia e da correlação de forças políticas. Nesse sentido, nenhum resultado obtido será pequeno demais para ser desprezado e nenhum resultado será suficientemente grande para caracterizar uma vitória definitiva. Até porque não há vitórias definitivas.

CONDUTA

Preocupa-se com a definição consistente de objetivos estratégicos. Mas considera que um mesmo objetivo estratégico pode ser realizado de muitas formas, sem perda da sua substância. Por isso, relativiza a importância do programa - embora não prescindir de sua existência - mas admite uma grande margem de manobra em relação ao programa, sempre com o balisamento e a preservação da estratégia. Valoriza, nesse sentido, a conduta, entendida como eticidade que se gera no processo de luta política. A conduta, assim, é meio, mas também é um fim do processo de luta.

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A despeito de todas as dificuldades e limitações, acreditamos que estamos no limiar, através de um processo coletivo de elaboração, de uma abordagem que antecipa elementos de ruptura da "camisa de força" da Razão em relação às questões da democratização da comunicação. Uma abordagem que se aproprie do humanismo radical e da generosidade do *Marxismo*, mas que rechace qualquer dogmatismo e finalismo e não seja cega para perceber que mesmo o *Liberalismo* tem contribuições a serem recuperadas como, por exemplo, a experiência da democracia representativa.

Persequimos, assim, um acerto de contas com as Razões finalistas, rumo a uma abordagem que não se fixe num projeto homogeneizador mas, ao contrário, se assente no reconhecimento da diversidade e das diferenças; que tenha uma concepção mais realista das limitações humanas, embora não se conforme com elas; e que seja recorrente e não se coisifique, bem como seja capaz de impulsionar uma eticidade como conduta e não como ética normativa ou regra de comportamento. Enfim, persequimos uma abordagem capaz de armar o homem para a disputa da Contemporaneidade.

NOTAS

Inconcluso

Rio de Janeiro, 19/11/92

DANIEL HERZ, 37, jornalista, é diretor de Relações Institucionais da Federação Nacional dos Jornalistas, coordenador do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação e autor do livro "A história secreta da Rede Globo".